FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES



AUDIÊNCIA PÚBLICA N°25/2014 –19/11/2014

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Audiência públicada minuta de resolução que estabelece limite de tolerância para fins de ações de fiscalização, em base de distribuidor de GLP, de recipientes transportáveis de até 13kg que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação. | | | |
| AGENTE | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
| Sindigás | Considerando | Considerando a dificuldade de visualização da data de fabricação, estampada em alto relevo no corpo do recipiente, em alguns recipientes transportáveis de até 13kg, durante o processo ~~contínuo~~ de envase nas distribuidores de GLP; | Adequação do texto do Considerando. |
| ABRAGAS | Considerando | Primeiro parágrafo  Considerando a dificuldade de visualização da data de fabricação, estampada em alto relevo no corpo do recipiente, em alguns recipientes transportáveis de até 13kg, durante o processo contínuo de envase nas distribuidores de GLP;  Solicitamos não editar resolução. | Partindo do princípio que é impossível definir ou entender a data de fabricação, já é a prova que o recipiente deve ser retirado na inspeção visual e encaminhado para requalificação, os consumidores jamais entenderão isso como tolerância do órgão regulador em caso de um sinistro.  ABNT NBR 8866 – inspeção visual |
| ABRAGAS | Considerando | Segundo parágrafo  Considerando que os revendedores varejistas de GLP devem segregar e identificar, na área de armazenamento, os recipientes transportáveis de até 13kg que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865 - Recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP) — Requalificação — Procedimento, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução ANP nº 40, de 31 de julho de 2014, procedendo a sua devolução ao distribuidor de GLP detentor da marca comercial estampada em alto relevo no corpo do recipiente;  Solicitamos não editar resolução. | A resolução ANP40/2014 já determinou essa obrigação aos revendedores, mesmo que as entidades representativas das revendas se manifestaram contra essa obrigação, tendo em vista as revendas não terem responsabilidades pela produção, não tem opção de escolha do produto e nem acesso as bases de engarrafamento no momento da compra. |
| COPAGAZ | Art. 1º | Fica estabelecido limite de tolerância para fins de ações de fiscalização, em instalação de distribuidor de GLP, de recipientes transportáveis de até 13kg que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865 - Recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP) — Requalificação — Procedimento, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. | Não entendemos se a definição de “base” inserida neste artigo referia-se somente a “base de engarrafamento” ou qualquer outro tipo de instalação do Distribuidor de GLP. Por este motivo, sugerimos a alteração da expressa “base” por “instalação” para abranger todas as instalações do Distribuidor de GLP, seja base de engarrafamento ou não, desde que não faça venda ao consumidor.  Isso porque a instalação considerada pela ANP como “administrativo”, em que não detém envase e não faz venda ao consumidor final (não detém portaria), não é uma revenda, sendo inaplicável a Resolução nº 40/2014. Essas instalações somente são pontos estratégicos de distribuição do Distribuidor de GLP, mas seus produtos ainda passaram pela análise de qualidade do Distribuidor.  Assim, é essencial que haja a inclusão de local de fiscalização de todo estabelecimento do Distribuidor de GLP, seja o local uma base de engarrafamento, seja ele um depósito de granel e/ou vasilhames.  Palavra “requisito” somente correção de digitação. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | Art. 1º | Substituir o texto “...recipientes transportáveis de até 13 Kg” por “...recipientes transportáveis” | Não há motivos técnicos para não incluir os demais tipos de recipientes na Resolução. |
| ABRAGAS | Art. 1º | Art. 1º Fica estabelecido limite de tolerância para fins de ações de fiscalização, em base de distribuidor de GLP, de recipientes transportáveis de até 13kg que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865 - Recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP) — Requalificação — Procedimento, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.  OBS: A tolerância já existe por parte do órgão regulador levando se em conta o descumprimento dos prazos do programa de requalificação.  Basta as Distribuidoras cumprirem as leis existentes e as regras da requalificação que tudo será solucionado. | Considerando que o gás liquefeito de petróleo é um produto perigoso, não concordamos haver limite de tolerância na fiscalização nas distribuidoras.  Devemos levar em conta que 1% ou um vasilhame em 100, significa mais de 1 milhão de botijões espalhado nas empresas e residências dos consumidores.  Considerando que o GLP está presente em 98% dos lares brasileiros e em locais de grandes aglomerações de pessoas.  Quem autorizar a tolerância do risco estará assumindo as responsabilidades em caso de sinistros. |
| ASMIRG-BR | Art. 1º | Art. 1º Fica estabelecido limite de tolerância para fins de ações de fiscalização, em base de distribuidor de GLP, de recipientes transportáveis de até ~~13~~ 250 (duzentos e cinquenta) kg que não atendam ao requisto referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865 - Recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP) — Requalificação — Procedimento, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. | Destaca a necessidade de aferir não só vasilhames de 13 Kg, e sim todo recipiente de até 250 Kg.  Considerando uma elevação em acidentes (tragédias) envolvendo recipientes de GLP com capacidade superior a de 13 KG, como exemplo recente que mesmo ferindo a LEI N° 8.176, DE 8.2.1991 - DOU 13.2.1991, distribuidora envasa recipientes para uso de caldeiras.  Representantes da Tem Esportes, Cetesb e da Consigaz, responsável pela manutenção das tubulações e abastecimento de gás da academia, acompanharam a perícia e a delegada do 5º DP, Telma Regina Violi Preto, nesta quarta-feira (21/05), último dia de perícia da unidade Pauliceia, que explodiu no sábado (17/05) deixando dois mortos e 19 feridos. O perito conseguiu ter acesso à caldeira e às tubulações de gás, que até então estavam obstruídas por escombros. A Tem Esportes pretende demolir a unidade.  http://www.abcdmaior.com.br/imagens/upload/jornal/734.pdf: |
| COPAGAZ | Art. 2º | Art. 2º Quando de ação de fiscalização por agentes de fiscalização da ANP ou de órgãos conveniados, para fins de cumprimento da presente Resolução, cada lote avaliado deverá conter exatos 5% (cinco por cento) da média diária de comercialização daquela instalação de recipientes transportáveis de até 13kg, cheios e prontos para a comercialização, com nota fiscal de venda emitida, a fim de avaliar o atendimento ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT.A apuração da média diária de comercialização será extraída do SIMP, com base na média do mês anterior a fiscalização. | Considera-se que inexistiu um estudo de análise estatística inferencial por parte da ANP (ou o mesmo não foi disponibilizado ou demonstrado na consulta pública) para ser apurado qual seria o tamanho da amostragem adequada ao tratamento a ser deferido ao objeto da fiscalização  Ademais, a sugestão da minuta não trazcritérios objetivos da definição de quando o lote será composto de 100 recipientes ou 200 ou 300.  A metodologia estatística deve sempre trazer critérios objetivos de apuração, inclusive de identificação de lotes, que deve ter como equitativo a quantidade existente no local fiscalizado.  Por isso, um percentual incidente sobre a movimentação comercial normal diária fiscal, obtida facilmente através do SIMP, que fornece este tipo de indicador por tipo de embalagem, é muito mais lógico e coerente com a metodologia de estatística de apuração de irregularidades  Portanto, a alteração da forma de apuração do lote foi para imputar uma razoabilidade mais justa a metodologia, a fim de evitar desequilíbrio.A apuração de lote com base na movimentação comercializada pela instalação dará uma equiparação estatística palatável que demonstra de forma mais equivalente a amostragem do universo da instalação.  Contudo, apesar da nossa sugestão, entendemos ser necessário um estudo estatístico adequado para obtenção do tamanho de amostra compatível com a realidade.  Todavia, caso a ANP entenda por manter o tamanho de amostra de 100 unidades, deveria aplicar os indicadores da NBR 5426 (cujo guia de utilização encontra-se na NBR 5427), que traz planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos, que consideramos plenamente aplicável ao presente caso pela definição exposta no item 1.2 da NBR 5426.  E com base noitem 4.8.“a” da NBR 5426, paralotede amostragem de 100 unidades e seus múltiplos, como deseja a ANP, se aplicariaum NQA (nível de qualidade aceitável) maior que 10.  E na definição da Tabela 1 da NBR 5426, com base na razoabilidade e na realidade do rotativo de recipientes transportáveis dentro das instalações do Distribuidor de GLP, poderia adotar o nível mediano de inspeção “II”, com tamanho de lote variante entre 501 à 3200, alternado entre a letra “J” e “K”.  Assim, se usarmos a letra “J” a Tabela 2 da NBR 5426 traz a tolerância de 21 recipientes transportáveis, com percentual de 26% pela Tabela 15. Portanto, um percentual muito superior ao imposto pela ANP (1%) e muito mais razoável pela grandeza do lote de amostragem.  Só a título ilustrativo, verifica-se que a Portaria INMETRO nº 225/2009, que afere peso do recipiente transportável de GLP, utiliza os padrões da NBR 5426, e estabelece o NQA 2,5 para um lote de amostragem de 32 unidades, com tolerância de 2 unidade e percentual de 18% de peças aceitáveis fora do padrão.  Portanto, a adoção da NBR 5426 para a apuração da tolerância na não conformidade do recipiente transportável de GLP tornaria este processo mais transparente e condizente com as normas técnicas já existentes.  Em relação a inclusão a necessidade de estarem o produto fiscalizado pronto e provado que são para comercialização, é porque, até o momento precedente a comercialização, ainda existem fases de testes do botijão, não podendo haver a fiscalização se o processo final produtivo de inclusão do produto no mercado.  Assim, a justiça já pontou que o produto deve ser fiscalizado e a empresa autuada se já estiver pronto para comercialização, que somente acontece com a emissão da nota fiscal de venda. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | 2º | Substituir o texto “...cada lote avaliado deverá conter exatos 100 recipientes transportáveis de até 13 Kg” por “...o lote avaliado deverá conter um múltiplo de 100 recipientes transportáveis” | O lote avaliado deverá ser único, caso contrário, o risco de autuação indevida será altamente agravado. |
| ASMIRG-BR | Art. 2º | Cancelado | Considerando a Resolução ANP N. 40 de 2014 que em seu Art. 1º não dá margem a tolerâncias: “ É vedado ao distribuidor de GLP o envasamento e a comercialização de recipientes transportáveis de GLP de até 250 (duzentos e cinquenta) quilogramas que apresentem requisitos para requalificação.”  Considerando que seja qual for a tolerância, o resultado implica diretamente em perdas de vidas dos consumidores brasileiros.  Considerando que mesmo uma distribuidora com envasamento em linha, sem o uso de tecnologias novas, o recipiente de GLP passa por uma série de inspeções, antes de entrar na linha do envasamento para verificação visual de segurança do recipiente, chegando a uma inspeção de qualidade final com testes de vazamento, o que elimina qualquer possibilidade de envasamento de um recipiente impróprio ao uso.  Considerando que as distribuidoras também atendem o consumidor final diretamente, e qualquer que seja a tolerância para permitir o envaso de um recipiente sem estar dentro de condições seguras de uso e manuseio, implica na elevação de riscos de vida a estes consumidores.  Considerando o papel dos agentes fiscalizadores, que diante a atos que geram risco eminente a população, não podem se omitir das medidas administrativas previstas em Leis Federais. |
| Sindigás | Art. 2º | Quando de ação de fiscalização por agentes de fiscalização da ANP ou de órgãos conveniados, para fins de cumprimento da presente Resolução, cada lote avaliado deverá conter, conforme tabela abaixo, obrigatoriamente múltiplos de 100 recipientes transportáveis de até 13kg, cheios, a fim de avaliar o atendimento ao requisto referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT. | Adequação do texto do Artigo, à nova proposta de tabela para composição dos lotes de recipientes para avaliação. |
| Sindigás | Inserir | Limite de Recipientes que não atendam aos requisitos: 1%  Nível de Significância: 99% | Proposta de tabela para composição dos lotes de recipientes para avaliação.  (A tabela foi retirada de um estudo contratado pelo Sindigás, apresentado em anexo, realizado pela CP Soluções em Atuária, mantendo o limite de 1% estabelecido pela proposta de minuta de resolução da ANP, acrescido de sua tolerância.)  É importante destacar que, sob a ótica da distribuidora, fomos mais restritivos com Nível de Qualidade Aceitável - NQA de 1%, do que o critério adotado pelo INMETRO na fiscalização da Tara dos recipientes que tem amostra de 32 unidades, com aceitação de 2 e rejeição de 3 com NQA de 2,5%, que é o índice mais usado como padrão na indústria em geral.  Se adotarmos o limite de 2%, sendo o mais próximo que a indústria utiliza em geral, teremos:  Limite de Recipientes que não atendam aos requisitos: 2%  Nível de Significância: 99%  Obs.: O produto avaliado através dessa proposta de resolução, não é o produto disponível para o consumidor final.  Esse, ainda está sob a responsabilidade da distribuidora. |
| Sindigás | Inserir | Notas: 1 - A seleção dos recipientes deve ser feita no produto pronto para a comercialização, já liberado da linha de produção da distribuidora. 2 - A escolha dos recipientes de cada lote a ser avaliado, deve ser feita de maneira aleatória. 3 - Os recipientes deverão ser escolhidos, respeitado-se o intervalo de 3 recipientes intercalados em fileira ou sobrepostos. | Necessidade de definição de metodologia para aleatoriedade na escolha dos recipientes para avaliação. |
| COPAGAZ | Art. 2º, §1º | § 1º Para a composição do lote a fiscalização segregará de forma sequenciada os recipientes transportáveis de até 13 kg que estiverem no local fiscalizado, sem qualquer tipo de escolha ou exclusão, garantido a aleatoriedade do lote analisado. | A inclusão desta condição é para garantir a imparcialidade no lote analisado, sem que a fiscalização ou o agente regulado possa induzir quais recipientes fariam parte do lote a ser fiscalizado.  Assim, se o fiscal for fiscalizar os recipientes que estão dentro de um caminhão, por exemplo, deverá formar o lote com a retirada sequencial dos recipientes que estão dentro do caminhão, sem pular ou excluir ou escolher quais recipientes formariam o lote. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | Art. 2º §1º | Incluir ao final do parágrafo o texto: “A escolha do lote deverá ser feita de maneira aleatória, evitando qualquer tipo de viés na amostra.” | É importante para manter a transparência do processo de fiscalização que a escolha do lote seja feita de maneira aleatória seguindo as técnicas padrões de amostragem. |
| COPAGAZ | Art. 2º, §2º | §2º Caso seja identificado, no lote analisado, quantidade igual a 5% (cinco por cento) de recipientes transportáveis de até 13kg, cheios, que não atenda ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT, o distribuidor será notificado a retirar esses recipientes de comercialização, realizando a sua decantação e posterior encaminhamento à oficina de requalificação. | Considera-se que inexistiu um estudo de análise estatística inferencial por parte da ANP (ou o mesmo não foi disponibilizado ou demonstrado na consulta pública) para ser apurado qual seria a tolerância mais adequada ao tratamento a ser deferido ao objeto da fiscalização.  Desta forma, entende-se que a estipulação de 1% de tolerância não seria compatível com a realidade deste produto.  Por este fato, sugerimos que o percentual de tolerância seja de 5%, que seria mais adequado a situação de mercado e a prática de outros órgãos de fiscalização do GLP e bens que envolvem o GLP, a saber:   1. Tolerância de aceitação individual adotada pelo INMETRO na análise do peso de GLP = 5% (percentual obtido pela média dos cinco critérios de aceitação individual em relação ao tamanho de amostra de cada um). Portaria INMETRO nº 225/2009. 2. Tolerância de aceitação individual adotada pelo INMETRO na análise de tara do recipiente transportável de GLP = 5% (percentual obtido pela média dos cinco critérios de aceitação individual em relação ao tamanho de amostra de cada um). Portaria INMETRO nº 44/2009. 3. Tolerância pelo excesso de peso no transporte do GLP = 5%. Resolução CONTRAN 258/2007. 4. Tabela   Ademais, conforme já exposto na justificativa do *caput* deste artigo 2º, a adoção da NBR 5426 para a apuração da tolerância, com base na definição exposta no seu item 1.2, seria fundamental para a adequação da resolução proposta, por já ser um procedimento estabelecido em norma técnica.  Assim, mantendo a ANP o tamanho de amostra de 100 unidades, e com base no item 4.8“a” da NBR 5426, se aplicaria um NQA (nível de qualidade aceitável) maior que 10.  E na definição da Tabela 1 da NBR 5426, com base na razoabilidade e na realidade do rotativo de recipientes transportáveis dentro das instalações do Distribuidor de GLP, poderia adotar o nível mediano de inspeção “II”, com tamanho de lote variante entre 501 à 3200, alternado entre a letra “J” e “K”.  Assim, se usarmos a letra “J” a Tabela 2 da NBR 5426 traz a tolerância de 21 recipientes transportáveis, com percentual de 26% pela Tabela 15. Portanto, um percentual muito superior ao imposto pela ANP (1%) e muito mais razoável pela grandeza do lote de amostragem.  Verifica-se que, pela citada Tabela 15 da NBR 5426 o risco padrão de tolerância é de 5%.  Portanto, a adoção da NBR 5426 para a apuração da tolerância na não conformidade do recipiente transportável de GLP tornaria este processo mais transparente e condizente com as normas técnicas já existentes. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | Art. 2º §2º | Substituir por “Caso seja identificado, no lote analisado, quantidade menor ou igual ao limite de recipientes, conforme a tabela abaixo, que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT, o distribuidor será notificado a retirar esses recipientes de comercialização, realizando a sua decantação e posterior encaminhamento à oficina de requalificação.” | Estatisticamente, para que se atenda a um nível de tolerância de 1% recipientes fora da norma deverá ser adotado um limite de recipientes fora da norma dependendo do tamanho do lote (amostra) fiscalizado. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | Art. 2º §2º | Inclusão da Tabela: | Complementando o item anterior |
| Sindigás | Art. 2º §2º | De acordo com a tabela, caso seja identificado, no lote analisado, quantidade igual ou inferior ao limite ~~igual a 1% (um por cento)~~ de recipientes transportáveis de até 13kg, cheios, que não atenda ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT, o distribuidor será notificado a retirar esses recipientes de comercialização, realizando a sua decantação e posterior encaminhamento à oficina de requalificação. | Adequação do texto para definição do critério de aprovação dos lotes avaliados conforma nova tabela. |
| COPAGAZ | Art. 2º, §3º | §3º Caso seja identificado, no lote analisado, quantidade superior a 5% (cinco por cento) de recipientes transportáveis de até 13kg cheios, que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT, o distribuidor responsável na forma da Resolução ANP nº 40/2014 será autuado e deverá retirar esses recipientes de comercialização, realizando a sua decantação e posterior encaminhamento à oficina de requalificaçãoou encaminhar ao Distribuidor da marca do recipiente fiscalizado para realizar esses procedimentos. | Adequação feita para se coadunar com a sugestão da redação exposta no art. 2º, §3º, bem como para ser observado pelo fiscal que a responsabilidade de verificação dos prazos de requalificação é do Distribuidor que faz o envase, mesmo que a título de prestação de serviços de recipientes da marca de outro Distribuidor, na forma da Resolução 40/2014. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | Art. 2º §3º | Substituir o texto “Caso seja identificado, no lote analisado, quantidade superior a 1% (um por cento) de recipientes transportáveis de até 13kg cheios,...” por “Caso seja identificado, no lote analisado, quantidade de recipientes transportáveis cheios superior ao limite da tabela do parágrafo anterior,...” | Manter coerência com as alterações anteriores. |
| Sindigás | Art. 2º §3º | Caso seja identificado, no lote analisado, quantidade superior ~~a 1% (um por cento)~~ ao limite de recipientes transportáveis de até 13kg cheios, que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT, o distribuidor será autuado e deverá retirar esses recipientes de comercialização, realizando a sua decantação e posterior encaminhamento à oficina de requalificação. | Adequação do texto para definição do critério de reprovação dos lotes avaliados conforma nova tabela. |
| CP Serv. Mat. e Atuária Ltda | Art. 3º | Substituir o texto “...recipientes transportáveis de até 13 Kg” por “...recipientes transportáveis” | Não há motivos técnicos para não incluir os demais tipos de recipientes na Resolução. |
| ABRAGAS | Art. 3º | Art. 3º Fica vedada a comercialização de recipientes transportáveis de até 13kg, a consumidor final, que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT.  **Obs: Os demais artigos são conseqüências dos citados acima** | Já está vedado através da resolução ANP 40/2014 conforme justificativa anterior do segundo parágrafo |
| ASMIRG-BR | Art. 3º | Art. 3º Fica vedada a comercialização de recipientes transportáveis de até ~~13~~ 250 (duzentos e cinquenta) kg, a consumidor final, que não atendam ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT. | Destaca a necessidade de aferir não só vasilhames de 13 Kg, e sim todo recipiente de até 250 Kg. |
| COPAGAZ | Art. 4º | Art. 4º A presente Resolução somente se aplica para ações de fiscalização em instalação de distribuição e/ouenvasilhamento de distribuidor de GLP autorizado pela ANP. | Não entendemos se a definição de “base” inserida neste artigo referia-se somente a “base de engarrafamento” ou qualquer outro tipo de instalação do Distribuidor de GLP. Por este motivo, sugerimos a alteração da expressa “base” por “instalação” para abranger todas as instalações do Distribuidor de GLP, seja base de engarrafamento ou não, desde que não faça venda ao consumidor.  Isso porque a instalação considerada pela ANP como “administrativo”, em que não detém envase e não faz venda ao consumidor final (não detém portaria), não é uma revenda, sendo inaplicável a Resolução nº 40/2014. Essas instalações somente são pontos estratégicos de distribuição do Distribuidor de GLP, mas seus produtos ainda passaram pela análise de qualidade do Distribuidor.  Assim, é essencial que haja a inclusão de local de fiscalização de todo estabelecimento do Distribuidor de GLP, seja o local uma base de engarrafamento, seja ele um depósito de granel e/ou vasilhames. |
| Sindigás | Art. 4º | A presente Resolução somente se aplica para ações de fiscalização em instalações das bases de distribuição e envasilhamento, em veículos no seu pátio ou em trânsito para as revendas ou em depósitos de distribuidor de GLP autorizado pela ANP. | Adequação do texto para abrangência da aplicação da resolução.  No nosso entendimento, os critérios dessa minuta de resolução, deveriam ser expandidos até o pátio do revendedor.  Grande parte dos recipientes que saem da linha de produção da distribuidora, seguem diretamente para os veículos transportadores.  Entendemos que estejam fora dessa resolução todos os recipientes que estejam no veículo de entrega para o consumidor, ou aqueles que esteja disponíveis para acesso/escolha do consumidor final. |
| COPAGAZ | Art. 7º e § | Art. 7º Até regulamentação específica, o Distribuidor será notificado a retirar de comercialização os recipientes transportáveis acima de 13kg, cheios, identificados pela fiscalização pelonão atendimento ao requisito referente ao prazo para requalificação constante da Norma NBR nº 8865, da ABNT, independente do lote analisado, devendo o Distribuidor realizar a sua decantação e encaminhar à oficina de requalificação ou encaminhar ao Distribuidor da marca do recipiente fiscalizado para realizar esses procedimentos. | Como é de notório conhecimento, todo o Programa de Requalificação se pauta em recipientes transportáveis até 13 kg. Igualmente a Resolução ANP nº 15/2005 somente se preocupa com o quantitativo dos recipientes transportáveis até 13 kg.  Durante todo o programa de requalificação nunca houve uma regulamentação específica da requalificação dos outros Ps.  Contudo o mercado já se pronunciou da necessidade de um prazo adicional para a requalificação dos recipientes transportáveis acima de 13 kg, existindo estudos acerca deste assunto dentro da ANP.  Neste sentido, a não autuação sobre a requalificação dos outros Ps detectados em situação desconforme a NBR 8865 em instalações do Distribuidor, mas sim a notificação para encaminhamento à requalificadoradesses recipientes até que haja regulamentação específica a respeito, seria a medida mais justa aplicável a este caso neste momento.  Ademais, deve ser observado pelo fiscal que a responsabilidade de verificação dos prazos de requalificação é do Distribuidor que faz o envase, mesmo que a título de prestação de serviços de recipientes da marca de outro Distribuidor, na forma da Resolução ANP nº 40/2014. |